



A PRÁXIS DISCURSIVA ENTRE A ATUALIZAÇÃO E O ESGARÇAMENTO DA DOMINAÇÃO IDEOLÓGICA

Rodrigo Oliveira Fonseca¹

Nessa breve intervenção, quero tratar de formas de atualização e enfraquecimento da dominação ideológica, passando pelo tema da polarização política, visto pela história dos conceitos e pela análise do discurso, e passando por conceituações de política e de práxis discursiva.

Uma polarização tem eficácia porque tem direção (um caminho pela história dos conceitos). Em momentos de forte polarização política vemos melhor como os dualismos ideológicos têm eficácia, simplificam processos políticos e sociais complexos oferecendo coordenadas instantâneas para as práticas e suas correlações em meio a cenas de conflitos, organizando os seus termos opostos de modo sempre assimétrico, com direção, e é exatamente isso o que garante a sua eficácia nas discursividades.

Nem toda polarização estabelece uma mesma relação entre os seus polos. Uma coisa é Garantido e Caprichoso no Amazonas ou Internacional e Grêmio no Rio Grande do Sul, polaridades apaixonadas difíceis de entender quando vistas de fora (e provavelmente ainda mais difíceis de *entender* quando vistas de dentro), polaridades positivo-positivo e que extrapolam os *Fla-Flus*, expressão que pela negativa se diz no discurso político com o sentido de polarização inoportuna e vazia de conteúdo. Outra estrutura polarizada, de maior eficácia política, é aquela do Preto ou Branco, Tudo ou Nada, Nós ou Eles.

Se o tipo de polarização que se desenvolve na prática política eventualmente tem ou assume alguma relação com camisas de times e seleções, a razão principal para que isso aconteça é tudo menos facilitar o trabalho dos juízes e comentaristas que buscam o tratamento equânime das equipes em disputa. Quando uma camisa polariza nesse sentido, juízes e comentaristas são tendencialmente constrangidos em favor do abandono de equidistâncias, dos juízos e distanciamentos críticos. Quando as partes no discurso são tratadas enquanto *uns* e *outros* é porque não somos delas (das partes) sujeitos, o que tende a não acontecer quando elas se estabelecem como *nós* e *eles* e não acontece quando o que temos são conceitos antitéticos assimétricos, conforme o historiador alemão Reinhart Koselleck ([1979] 2006) apresenta: nesse tipo de par conceitual um termo é a exata negação do outro, ele só é concebível dentro dessa relação, e basicamente só é assumido, dito em primeira pessoa, de um dos seus lados.

O par antitético mais radical dentre os analisados por Koselleck é o de humano/não humano. Ele marca uma das exclusões mais radicais na história, desespiritualizando pessoas ou um conjunto de pessoas que passam a figurar como monstros, demônios, bestas ferozes, inimigas incuráveis do bem comum. Na Guerra Civil Russa de 1918 a 1921, juntamente aos confrontos armados entre vermelhos e brancos, seus oponentes eram representados de forma demoníaca. Em um pôster de 1920 (arte de Viktor

¹ Doutor em Letras pela UFRGS, Mestre em História pela PUC-Rio, professor da UFSB.

Deni, 1893-1946), a Entente, representando o comando imperialista sobre os brancos, esconde o seu verdadeiro rosto por trás da máscara da paz; em outro, de 1919, difundido pelos brancos, o comandante do Exército Vermelho, Leon Trotsky, aparece como um demônio que administra uma montanha de mortos:



Fontes: Meisterdrucke (<https://www.meisterdrucke.it/>) e Spartacus Educational (<https://spartacus-educational.com/RUScivilwar.htm>)

Figurações demoníacas de lideranças políticas têm circulado em redes sociais no Brasil desde o fortalecimento de movimentos conservadores e anticomunistas, especialmente durante os governos de Dilma Rousseff. Temer e Bolsonaro também foram representados de forma monstruosa – Temer como vampiro, parasita e traidor, Bolsonaro como zumbi, um morto-vivo, estúpido e incapaz:



Fontes: internet

Ao mesmo tempo, o par humano/não também produz, como contraparte, uma *partilha do sensível* (RANCIÈRE, [2000] 2005) ou um campo do *comum* virtualmente mais vasto que outros, incluindo aqueles produzidos por outros conceitos antitéticos como civilizado/bárbaro e cristão/pagão, que tendem a ser incorporados. Na luta contra instituições religiosas e políticas do século XVIII o campo do humano chegou inclusive a se destacar das relações burguesas, para se insurgir contra elas, muito antes de qualquer teorização marxista. Desfazendo divisões religiosas, culturais, nacionais, outras divisões se projetavam:

Todos os homens permanecem homens, creiam ou pensem o que quiserem [...] considero no judeu, no turco e no pagão o homem: é meu próximo [...] quero amá-lo e com o meu amor confundi-lo (DER MENSCH, 1755, semanário alemão *apud* KOSELLECK, 2006, p. 223).

Que grande tema, mostrar que para se ser o que se deve ser não se precisa ser nem judeu, nem árabe, nem grego, nem selvagem, nem mártir, nem peregrino (HERDER, 1769 *apud* KOSELLECK, 2006, p. 223).

Moritz, em 1786, fala da "humanidade oprimida pelas relações burguesas", pois as diferenças de classe levam à desigualdade entre "os que trabalham e os que pagam" (KOSELLECK, 2006, p. 224).

A flexibilidade da polarização conceitual humano/não humano aponta pra algo que a estrutura Nós/Eles também permite, afinal, alteradas as suas fronteiras o Nós pode acolher e incorporar o Eles ou uma parte deles. Na história do escravismo, quando as notícias da revolução de São Domingos/Haiti percorreram os quatro cantos do mundo, as fronteiras do humano se ampliaram e deram na língua. Em correspondência particular de Lisboa ao Rio de Janeiro, no ano de 1792, a sugestão pragmática para um ilustrado amigo residente no Rio de Janeiro era a de que este passasse a ser servido exclusivamente por gente forra e livra, atestando assim ser *amigo da humanidade*, o que poderia fazer com que tivesse menos inimigos (VILLALTA, 2000, p. 54).

Nos parece claro que um dualismo, na forma de polarizações móveis em torno de conceitos antitéticos, pode trabalhar tanto a atualização quanto o esgarçamento de uma dominação ideológica.

Mas uma polarização também tem eficácia porque trabalha sobre uma equivocidade, e então fazemos um caminho pela análise do discurso (PÊCHEUX, [1988] 2008). Passando da história dos conceitos para a ordem do discurso, vemos que além de assegurar uma direção e uma redivisão ou recorte na partilha do mundo, do aceitável, uma polarização política opera certos jogos de opacidade e transparência que lhe dão ainda mais eficácia. Sob a aparência de coerções lógico-disjuntivas isso-ou-aquilo, um sem-fim de equivocidades trabalham identificações práticas que não necessariamente corroboram com algum programa político ou mesmo campo conceitual flexível.

No enunciado *Brasil: Ame-o ou Deixe-o*, representativo do período mais duro do regime militar brasileiro, a segurança era tanta (e leiam *segurança* como puderem) que foi evocada a falta de cabimento de críticas, oposição e resistência ao regime. No entanto, em termos puramente lógicos, com o apagamento da interlocução e do interdiscurso, virtualmente exploráveis através de outras interlocuções e discursos, o amor ao Brasil também poderia significar amá-lo como ele é, ou seja, com esta oposição aí, legal e clandestina, intelectual, cultural, política e armada, e nada garantiria que o pronome oblíquo de *deixar* não pudesse ter como referência o governo ao invés do país: Não quer governar com oposição? Deixe o governo! Não quer enquadrar os seus gorilas? Vai sofrer *aquilo que não queremos!*

E assim vemos que mesmo um enunciado dualista, que polariza mas que não produz ou evoca conceitos antitéticos (afinal, *não amar o Brasil* nunca foi um conceito), vemos que uma simples disjuntiva sem força conceitual também pode trabalhar, com tudo, a atualização de uma dominação ideológica.

E como pensar a política de forma ampla? Mais que um campo, vale pensar a política como prática que intervém em todos os campos, que neles pode tanto polarizar quanto des- ou repolarizar.

A conceitualização normativa e mais estrita da política como uso da razão na esfera pública, por importante que seja, torna incompreensível boa parte dessas práticas políticas que sistematicamente investem nas dicotomias, na desrazão, na paixão e na fantasia, de modo que preferimos aqui acompanhar as teorizações de Achille Mbembe ([2003] 2019) em torno da política como transgressão e diferença que desorienta a própria ideia de limite para a política, ou as teorizações de Jacques Rancière (1996), que pensa a política como interrupção da ordem da dominação e instituição de uma partilha e parcela dos sem-parcela, e ainda as contribuições de Michel Pêcheux ([1975] 1997; 2008; [1983] 2011) em torno da lutas de deslocamento ideológicas e das relações de classe, explorando a movência e as transformações na definição e nas fronteiras do “discurso político”.

Temos, portanto, práticas políticas que sistematicamente investem em dualismos e estabilizações ou ampliação de fronteiras, por um lado, e, por outro, teorizações que consideram a política como prática de transgressão, de interrupção de uma ordem e instituição de outra, e de movência de fronteiras.

Essa duplicidade de alguma forma manifesta uma condição fundamental da prática política em sociedades de Estado, isso é, sociedades de classe, de modo particular no capitalismo, em meio ao qual as quatro linhas gerais das relações de força entre os interesses antagônicos de classe só irrompem de forma massiva e bem delineada em condições históricas muito especiais, e a condução do Estado visa sobretudo a otimizar os negócios e os custos dos fatores de produção. Isso nos salva de aventuras golpistas algumas vezes, e em outras é exatamente o contrário. Por exemplo, um dia após as ameaças golpistas de Bolsonaro nos atos de 7 de setembro de 2021 as empresas de capital aberto da bolsa de valores brasileira perderam R\$ 195,3 bilhões em valor de mercado (LAURINO, 2021) – meses depois, quando o governo sinalizou que iria furar “o teto de gastos” para implementar um novo programa de auxílio social, a perda de valor das empresas foi ainda maior, R\$ 284 bilhões em três dias (CASTELANI, 2021). Os golpes no mercado de capitais têm certamente pesos distintos.

No campo da política do Estado, na gestão social, prevalece um movimento pendular entre conservadores e reformistas, entre uma direita e uma esquerda do capital, diferentes predisposições e equilíbrios entre coerção e consenso, que Françoise Gadet e Michel Pêcheux ([1981] 2004) apresentam sob a forma de uma divisão ideológica e discursiva em torno do Direito e da Vida: de um lado, uma “ditadura logicista” em torno de significações garantidas por uma autoridade central, representando o ímpeto utópico da burguesia em “fixar a sociedade por disposição jurídica”; de outro, uma forma sociologista de absorção da diversidade, apoiando-se nas classes dominadas para lutar contra elas, representando o ímpeto utópico de “abrir caminho ao que, na dominação burguesa, ainda não encontrou suas completas condições de realização, ao que escapa ainda ao seu reconhecimento integrador das classes dominadas” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 38). De um lado, o partido da retomada/recuperação, do *great again*, do reforço da direção, do primeiro-o-bolo-cresce, de outro, o partido da redistribuição, das políticas contra a exclusão pela integração no capitalismo e repactuação do consenso em torno do Estado.

Michel Pêcheux (1997) referindo-se ao modo particular como a burguesia tende a fazer política, apresenta a figura da *dissimulação* sob duas grandes formas, a da ficção e do jogo eleitoral-parlamentar (fingindo que *tudo* pode acontecer) e a da denegação por um viés científico e jurídico (fingindo que *apenas determinadas coisas* podem acontecer). Essas duas formas devem ser associadas aos partidos que, no livro com Gadet, são apresentados como o sociologismo da Vida e o logicismo do Direito, que vemos como a esquerda e a direita do capital, os reformistas com o seu horizonte progressista de ampliação e integração na ordem do capital e os conservadores em sua eterna resistência aos próprios efeitos do capitalismo e das lutas de classes sobre as instituições.

Finalizando, entendo que a práxis discursiva da ideologia dominante, em suas muitas frentes, trabalha formas de dissimulação nas quais a exploração de uma equivocidade dos acontecimentos e dos significantes aponta para mascaramentos que são, ao fim e ao cabo, mascaramentos da dominação em si. Ilustro essa dissimulação com uma fala do ministro Onyx Lorenzoni em março de 2019, antes de visita do presidente Bolsonaro ao Chile: “No período de Pinochet, **o Chile teve de dar um banho de sangue**. Triste, o sangue lavou as ruas do Chile, mas as bases macroeconômicas fixadas naquele governo... já passaram

oito governos de esquerda e nenhum mexeu nas bases macroeconômicas colocadas no Chile no governo Pinochet” (CARNEIRO, 2019).

Quanto à práxis das ideologias dominadas, entendo que o trabalho de “começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo a que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido” (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 17), esse é um trabalho que passa por uma tensão ou perturbação das formações discursivas dominantes e seu mundo semanticamente estabilizado, por um trabalho com aquilo que nelas é recalcado, o impossível, *nonsens*, extraindo dessa relação um novo horizonte pelo qual deve ser suportado o que venha a ser pensado. Em Cuba revolucionária, o bordão da liberdade já foi *Patria o Muerte!* Agora, em meio a uma crise política, social e sanitária que alguns têm tido muita dificuldade em reconhecer, a oposição grita *Patria y Vida!*

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Júlia Dias. As homenagens de Bolsonaro a Pinochet e por que o general ainda divide o Chile. **BBC News Brasil**, 22 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47674503>. Acesso em: 26 jul. 2021.

CASTELANI, Clayton. Empresas perdem R\$ 284 bi em valor de mercado com ameaça ao teto de gastos. **Folha de S.Paulo**, 21 out. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/empresas-perdem-r-284-bi-em-valor-de-mercado-com-ameaca-ao-teto-de-gastos.shtml>. Acesso em: 06 dez. 2021.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. O discurso na história da linguística. Tradução de Bethania Mariani e M. Elizabeth C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004. [Tradução de *La langue introuvable*, 1981].

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. [Tradução de *Vergangene Zukunft*, 1979].

LAURINO, Talita. Empresas perdem R\$ 195,3 bilhões em valor de mercado após 7 de setembro. **Metrópoles**, 09 set. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/empresas-perdem-r-1953-bilhoes-em-valor-de-mercado-apos-7-de-setembro>. Acesso em: 26 jul.2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2019. [Tradução de *Necropolitics*, 2003].

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996. [Tradução de *La mésentente: politique et philosophie*, 1995].

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005. [Tradução de *La partage du sensible*, 2000].

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. **Caderno de Estudos Lingüísticos**, Campinas: Unicamp/IEL, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990. [Tradução de *Délimitations, retournements, déplacements*, 1982].

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi *et al.* 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. [Tradução de *Les vérités de la Palice*, 1975].

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008. [Tradução de *Discourse: structure or event?*, 1988].

PÊCHEUX, Michel. Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? Tradução de Carman Zink. *In*: PÊCHEUX, Análise de Discurso. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2011. [Tradução de *Ideologie - Festung oder paradoxer Raum?*, 1983].

VILLALTA, Luiz Carlos. **1789-1808**: o império luso-brasileiro e os Brasis. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.